

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

- APROVADO EM 29.09.1947 -

INTRODUÇÃO

I – Moral ou ética, pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal.

II – A moral aplicada a uma determinada profissão recebe o nome de ÉTICA PROFISSIONAL; relacionada esta com o Serviço Social, pode ser chamada DEONTOLOGIA DO SERVIÇO SOCIAL.

III – A importância da Deontologia do Serviço Social provém do fato de que o Serviço Social não trata apenas de fator material, não se limita à remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetário: trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade.

IV – A observância dos princípios da Deontologia do Serviço exige, da parte do Assistente Social, uma segura formação em todos os ramos da Moral.

SECÇÃO I DEVERES FUNDAMENTAIS

É dever do Assistente Social:

1. Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se sempre, em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos de lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus.
2. Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos, policiais, sobre o que saiba em razão de seu ofício.
3. Zelar pelas prerrogativas de seu cargo ou funções e respeitar as de outrem.
4. Recusar sua colaboração ou tomar qualquer atitude que considere ilegal, injusta ou imoral.
5. Manter uma atitude honesta, correta, procurando aperfeiçoar sua personalidade e dignificar sua profissão.
6. Levar ao conhecimento do órgão competente da ABAS – Secção de São Paulo, qualquer transgressão a este Código.
7. Manter situação ou atitude habitual de acordo com as leis e bons costumes da comunidade.

SECÇÃO II DEVERES PARA COM O BENEFICIÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL

I – É dever do Assistente Social:

1. Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã.
2. Aplicar todo zelo, diligência e recursos da ciência no trabalho a realizar e nunca abandonar um trabalho iniciado sem justo motivo.

II – Não é permitido ao Assistente Social:

Aceitar remuneração de um beneficiário de uma organização, por serviços prestados em nome desta.

SECÇÃO III DEVERES PARA COM OS COLEGAS

I – É dever do Assistente Social:

1. Tratar os colegas com perfeita cortesia, evitando fazer quaisquer alusões ou comentários desairosos sobre sua conduta na vida privada e profissional.
2. Abster-se de discutir em público sobre assunto de interesse exclusivo e reservado da classe.

II – Não é permitido ao Assistente Social:

1. Pronunciar-se sobre serviço confiado a outro Assistente Social, ainda que tenha em vista o bem do Serviço Social, sem conhecer os fundamentos da opinião daquele, e sem contar com seu expreso consentimento.
2. Aceitar funções ou encargos anteriormente confiados a um Assistente Social sem antes procurar informar-se da razão da dispensa deste, de sorte a não aceitar a substituição desde que esta implique em desmerecimento para a classe.

SECÇÃO IV DEVERES PARA COM A ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA

I – É dever do Assistente Social:

1. Pautar suas atividades por critério justo e honesto, empregando todos os esforços em prol da dignidade e elevação das funções exercidas.
2. Tratar os superiores com respeito, o que não implica restrição de sua independência quanto às suas atribuições em matéria específica de Serviço social.

II – Não é permitido ao Assistente Social:

1. Alterar ou deturpar intencionalmente depoimentos, documentos, relatórios e informes de natureza vária, para iludir os superiores ou para quaisquer outros fins.
2. Valer-se da influência do seu cargo para usufruir, ilicitamente, vantagens de ordem moral ou material.
3. Prevaler-se de sua situação para melhoria de proventos próprios em detrimento de outrem.

4. Prejudicar a execução de tarefas reclamadas pela natureza do seu carga, ocupando-se de assuntos estranhos ao mesmo durante as horas de serviço.

SECÇÃO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Qualquer alteração no presente Código somente poderá ser feita em Assembléia Geral da ABAS – Secção de São Paulo, especialmente marcada para esse fim.

II – O presente Código entrará em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO Nº. 1, DE 29 DE SETEMBRO DE 1947

Cria o Conselho de Ética Profissional da ABAS –
Secção de São Paulo e promulga seus Estatutos

A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS –
SEÇÃO DE SÃO PAULO:

1º. Considerando que todos aqueles cujos trabalhos são relacionados com questões humanas devem nortear suas atividades pelos mais sãos princípios;

2º. Considerando que para maior zelo pela dignidade da profissão se faz mister a criação de um órgão que oriente os Assistentes Sociais em seus serviços profissionais;

3º. Considerando que os próprios Assistentes Sociais solicitaram à instituição um Código de Ética Profissional e conseqüentemente um Conselho de Ética Profissional; e

4º. Atendendo a que os Assistentes Sociais, na Assembléia Geral realizada nesta data, se manifestaram unanimemente favoráveis à criação de um Conselho de Ética Profissional;

RESOLVE

Artigo 1º - Fica criado, anexo à Diretoria da ABAS – Seção de São Paulo, como órgão autônomo, o Conselho de Ética Profissional.

Artigo 2º - Dentro de oito dias a partir da publicação desta, deverá realizar-se a eleição dos primeiros membros do Conselho de Ética Profissional da ABAS – Secção de São Paulo.

Artigo 3º - O Conselho de Ética Profissional se regerá pelos anexos à presente Resolução.

São Paulo, 29 de setembro de 1947

aa) Marina Cintra
Oscar de Mello Filho
M. Christina Bottiolierl
Áurea Campagna Fonseca
Maria Olimpio A. de Moraes

Estatuto do Conselho da Ética Profissional da ABAS - Seção de São Paulo

(Anexo à Resolução nº. 1)

Artigo 1º. O Conselho de Ética Profissional do ABAS – Seção de São Paulo, terá as seguintes fins:

- a) zelar pela observância do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e pela dignidade da classe;
- b) orientar e aconselhar os associados da ABAS – Seção de São Paulo relativamente a casos concretos surgidos no exercício da profissão, quando submetidos à sua apreciação;
- c) responder a consultas da ABAS – Seção de São Paulo em matéria de deontologia do serviço social;
- d) expedir provisões sobre modos de proceder em casos inéditos e não previstos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais;
- e) julgar as acusações formuladas contra Assistente Social relacionadas com a Ética Profissional.

Artigo 2º. – O Conselho de Ética Profissional compõem-se de 5 membros efetivos e 3 suplentes, eleitos em assembléia geral da ABAS.

§ 1º. Somente Assistentes Sociais inscritos na ABAS – Seção de São Paulo poderão ser eleitos para o Conselho de Ética Profissional.

§ 2º. Os membros efetivos do Conselho de Ética Profissional elegerão entre si um Presidente.

Artigo 3º. O mandato das membros do Conselho de Ética Profissional será de um ano.

Parágrafo Único – No caso de se verificar uma vaga no Conselho da Ética Profissional, o Presidente convocará imediatamente o 1º. Suplente para exercer as funções de membro efetivo até completar-se o mandato de seu antecessor,

Artigo 4º. A ação do Conselho de Ética Profissional se estende a todos os Assistentes Sociais filiados à ABAS – Seção de São Paulo.

Parágrafo único – No caso de Assistente Social não associado à ABAS – Seção de São Paulo, assumir atitude ou praticar ato prejudicial à classe, apresentada e comprovada a denúncia, solicitará o Conselho de Ética Profissional à Diretoria da ABAS as providências necessárias para sanar a irregularidade.

Artigo 5º. O Conselho de Ética Profissional organizará, dentro de 60 dias após sua instalação, seu Regulamento Interno.